



Bradesco
BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a BEM DTVM registrou o prejuízo de R\$ 971 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 6,381 milhões e Ativos Totais de R\$ 13,133 milhões.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil

	2010	2009		2010	2009
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	12.256	7.152	CIRCULANTE	1.667	664
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	24	37	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.667	664
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS			Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	1.040	254
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	7.971	3.385	Diversas (Nota 9b)	627	410
Carteira Própria	7.971	3.385			
OUTROS CRÉDITOS	4.261	3.730	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.085	36
Rendas a Receber	1.115	725	OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.085	36
Diversos (Nota 6)	3.146	3.005	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	5.052	1
			Diversas (Nota 9b)	33	35
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	471	494	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	6.381	7.352
OUTROS CRÉDITOS	471	494	Capital:		
Diversos (Nota 6)	471	494	- De Domiciliados no País	4.650	4.650
PERMANENTE	406	406	Reservas de Lucros	1.731	2.702
INVESTIMENTOS	406	406			
Outros Investimentos (Nota 7)	406	406			
TOTAL	13.133	8.052	TOTAL	13.133	8.052

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro 2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	359	553	861
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	359	553	861
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	359	553	861
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	1.399	3.890	2.549
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 11)	6.078	11.457	7.813
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(199)	(379)	(386)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(674)	(1.050)	(591)
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	540	654	2.084
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(4.346)	(6.792)	(6.371)
RESULTADO OPERACIONAL	1.758	4.443	3.410
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.758	4.443	3.410
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(4.387)	(5.414)	(4.769)
PREJUÍZO	(2.629)	(971)	(1.359)
Número de cotas (Nota 10a)	4.650.000	4.650.000	4.650.000
Prejuízo por lote de mil cotas em R\$	(565,38)	(208,82)	(292,26)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro 2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.758	4.443	3.410
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1	(3)	(388)
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1	(3)	(388)
Lucro Líquido Ajustado	1.759	4.440	3.022
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.492)	(4.586)	4.034
(Aumento)/Redução em Relações Interdependências	-	-	(26)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	87	(653)	(2.064)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	987	1.427	(3.624)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(343)	(761)	(1.316)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	(2)	(133)	26
Atividades de Investimentos:	14	120	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	14	120	-
Atividades de Financiamentos:	-	-	(42)
Dividendos Pagos	-	-	(42)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	14	120	(42)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	12	(13)	(16)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	12	(13)	(16)
Início do Período	12	37	53
Fim do Período	24	24	37
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	12	(13)	(16)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

SALDOS INICIAIS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Real mil						
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros	Totais
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias	Acumulados	
Saldos em 30.6.2010.....	4.650	-	424	3.921	-	8.995
Reversão da Distribuição de Dividendos do 1º Semestre de 2010	-	-	-	-	15	15
Reversão da Destinação do 1º Semestre de 2010	-	-	(83)	(1.560)	1.643	-
Prejuízo	-	-	-	-	(2.629)	(2.629)
Transferência para Reservas	-	-	-	(971)	971	-
Saldos em 31.12.2010.....	4.650	-	341	1.390	-	6.381
Saldos em 31.12.2008.....	3.500	1.150	341	3.720	-	8.711
Homologação de Aumento de Capital	1.150	(1.150)	-	-	-	-
Prejuízo	-	-	-	-	(1.359)	(1.359)
Transferência para Reservas	-	-	-	(1.359)	1.359	-
Saldos em 31.12.2009.....	4.650	-	341	2.361	-	7.352
Prejuízo	-	-	-	-	(971)	(971)
Transferência para Reservas	-	-	-	(971)	971	-
Saldos em 31.12.2010.....	4.650	-	341	1.390	-	6.381

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2010	%	Exercícios findos em 31 de dezembro 2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	2.631	108,2	5.872	106,9	4.387	109,6
1.1) Intermediação Financeira	359	14,8	553	10,1	861	21,5
1.2) Prestação de Serviços	6.078	249,9	11.457	208,6	7.813	195,3
1.3) Outras	(3.806)	(156,5)	(6.138)	(111,8)	(4.287)	(107,2)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(199)	(8,2)	(379)	(6,9)	(386)	(9,6)
Serviços de Terceiros	(25)	(1,0)	(25)	(0,5)	-	-
Serviços do Sistema Financeiro	(66)	(2,7)	(103)	(1,9)	(99)	(2,5)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(55)	(2,3)	(138)	(2,5)	(196)	(4,9)
Serviços Técnicos Especializados	(51)	(2,1)	(101)	(1,8)	(86)	(2,1)
Outros	(2)	(0,1)	(12)	(0,2)	(5)	(0,1)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	2.432	100,0	5.493	100,0	4.001	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.432	100,0	5.493	100,0	4.001	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.432	100,0	5.493	100,0	4.001	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	5.061	208,1	6.464	117,7	5.360	134,0
Federal	4.939	203,1	6.235	113,5	5.203	130,1
Municipal	122	5,0	229	4,2	157	3,9
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	(2.629)	(108,1)	(971)	(17,7)	(1.359)	(34,0)
Prejuízos Absorvidos	(2.629)	(108,1)	(971)	(17,7)	(1.359)	(34,0)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

...Continuação


Bradesco
BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

 Gestão, Elaboração e
 Desenvolvimento de
 Relatórios de Análise
 Econômica Financeira e
 Demonstrações
 Contábeis Consoantes
 da Legislação
 Brasileira.

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM) é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas Demonstrações Contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2011.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "*pro-rata*" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

f) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda e da redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - *impairment*, que é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 8a).
- Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 8b e c).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "*pro-rata*" dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "*pro-rata*" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional	24	37
Total de disponibilidades (caixa)	24	37

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010	2009
Valor de mercado/ atualizado					Valor de mercado/ atualizado	Valor de mercado/ atualizado
Marcação a mercado					Marcação a mercado	Marcação a mercado
Títulos para negociação:						
Letras financeiras	-	1.304	209	3.672	5.185	5.185
Do tesouro	-	-	-	-	176	176
Certificados de depósito bancário	176	-	-	-	176	-
Letras do tesouro nacional	1.739	-	72	-	1.811	1.811
Debêntures	-	-	87	39	126	126
Notas do tesouro nacional	126	-	-	-	126	-
Outros	-	-	-	547	547	-
Total em 2010	2.041	1.304	368	4.258	7.971	7.971
Total em 2009	860	-	224	2.301	-	3.385

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administrados pelo Conglomerado Bradesco, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Fundos de investimentos	553	861
Total	553	861

A BEM DTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos e contribuições a compensar	3.126	2.985
Devedores por depósitos em garantia – trabalhistas	37	40
Crédito tributário (Nota 16c e d)	57	82
Devedores diversos - País	5	1
Devedores por depósitos em garantia – fiscais	1	1
Títulos e créditos a receber	391	390
Total	3.617	3.499

7) INVESTIMENTOS

A opção contábil registrada em "Outros Investimentos", no montante de R\$ 406 mil (2009 – R\$ 406 mil) refere-se a ações da CETIP.

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Trabalhistas	
No início do exercício		35
Reversões e Atualização Monetária		(2)
No final do exercício		33

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	947	194
Impostos e contribuições a recolher	5.143	60
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16c)	2	1
Total	6.092	255

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 7b)	33	35
Provisão para pagamentos a efetuar	627	410
Total	660	445

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 4.650 mil (2009 – R\$ 4.650 mil), totalmente subscrito e integralizado é composto por 4.650.000 cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Reservas de Lucros	1.731	2.702
Reserva Legal (1)	341	341
Reserva Estatutária (2) (3)	1.390	2.361

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado; e

(3) Foi homologado pelo BACEN em 20 de maio de 2010 a Ata da reunião de Sócios - Cotistas de 13 de abril de 2010 deliberando a absorção do prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 1.359 mil, com a utilização do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária".

Continua...

...continuação


Bradesco
BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Dividendos

Aos cotistas está assegurado dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Não houve provisão de dividendos em 2010 e 2009.

11) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 11.457 mil (2009 – R\$ 7.813 mil) corresponde à receita auferida na administração de fundos de investimento (Nota 17a).

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Serviços do sistema financeiro.....	103	99
Propaganda e publicidade.....	138	196
Serviços técnicos especializados.....	101	86
Serviços de terceiros.....	25	-
Outras.....	12	5
Total	379	386

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Contribuição ao COFINS.....	703	358
Imposto sobre serviços - ISS.....	229	157
Contribuição ao PIS.....	100	58
Impostos e taxas.....	18	18
Total	1.050	591

14) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Recuperação de encargos e despesas.....	-	2
Reversão/constituição de provisão operacional.....	4	(183)
Despesas com juros e multa.....	(171)	(1.388)
Variações monetárias.....	(1.325)	(1.017)
Resultado na prestação de serviços de distribuição de cotas, líquida das comissões pagas.....	(5.294)	(3.166)
Outras.....	648	1.465
Total	(6.138)	(4.287)

15) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESA LIGADA

a) As transações com empresa ligada, refere-se à disponibilidade com o Banco Bradesco R\$ 24 mil (2009 – R\$ 37 mil).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Companhia.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

Aos Administradores

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestres findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	4.443	3.410
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1).....	(1.777)	(1.364)
Despesas inadmissíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	174	22
Outros valores.....	(3.811)	(3.427)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(5.414)	(4.769)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do segmento financeiro, foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3e).

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(5.389)	(4.657)
Impostos diferidos		
Contribuição social no exercício, sobre adições temporárias.....	(25)	(112)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(5.414)	(4.769)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2009	Consti- tuição	Realização	Saldo em 31.12.2010
Provisão para contingências trabalhistas.....	15	1	2	14
Outras provisões.....	67	44	68	43
Total dos créditos tributários (Nota 6).....	82	45	70	57
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a).....	1	1	-	2
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	81	44	70	55

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil
Diferenças temporárias	
Imposto de renda	Contribuição social
	Total
2011.....	8 5 13
2012.....	8 5 13
2013.....	8 5 13
2014.....	6 3 9
2015.....	6 3 9
Total (Nota 6).....	36 21 57

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 52 mil (2009 – R\$ 73 mil).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Ltda. administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro, somaram R\$ 91.379.709 mil (2009 - R\$ 73.062.884 mil), e a respectiva receita de taxa de administração desses fundos no exercício foi de R\$ 11.457 mil (2009 - R\$ 7.813 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP2081270-05

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160-05

Luís Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564-0-1

Fênix Empreendimentos S.A.

CNPJ - 51.319.358/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas de Fênix Empreendimentos S.A., para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 14 de março de 2011, às 09h00, em sua sede social, na Rua Riachuelo, nº 5, Vila Romi, em Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, a fim de tratar da seguinte Ordem do Dia: a) Deliberação sobre o voto da Fênix no que tange às Demonstrações Financeiras de Indústrias Romi S.A., referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2010, bem como das matérias constantes da ordem do dia na Assembleia Geral Ordinária de Indústrias Romi S.A., a ser realizada no dia 15 de março de 2011; b) Indicação de representante de Fênix Empreendimentos S.A., para exercer o direito de voto, na referida Assembleia da Romi; c) Indicação dos nomes para compor o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e eventual Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A., para o período de um (1) ano, com mandato até a AGO de 2012. Santa Bárbara d'Oeste, 28 de fevereiro de 2011. Romeu Romi - Presidente do Conselho de Administração.

Auto Posto Jardim Petrópolis Ltda. torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação nº 57000523, válida até 01/02/2015, para Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes à Av. José Cobra, 770, Jardim Petrópolis, São José dos Campos.

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ nº 61.529.343/0001-32 - NIRE 35.300.053.800

Assembleia Geral Extraordinária

Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas da Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 21 de março de 2011, às 11h, na sede social, Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, Salão Nobre do 5º andar, Prédio Vermelho, a fim de: a) homologar o aumento do Capital Social deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17.12.2010, no valor de R\$533.000.000,00, elevando-o de R\$6.760.000.000,00 para R\$7.293.000.000,00, mediante a emissão de 242.272.727 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal; b) alterar o "caput" do Artigo 5º do Estatuto Social em decorrência do aumento do Capital Social. Cidade de Deus, Osasco, SP, 28 de fevereiro de 2011. Lázaro de Mello Brandão - Presidente do Conselho de Administração. 1º, 02 e 03.03.2011

AUTO POSTO FERA DE ITAPEVI LTDA. torna público que solicitou a CETESB a renovação da Licença de Operação para Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes (Posto Revendedor) à Av. Rubens Caraméz, s/nº, Lt. 17/18, Qd. E, Jd. Jurema, Itapevi/SP.

Igreja Evangélica Assembléia de Deus

CNPJ sob o nº 46.433.454/0001-57

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por este EDITAL, ficam convocados todos os membros em comunhão com esta Igreja Evangélica Assembléia de Deus – Ministério de Madureira em Martinópolis – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 46.433.454/0001-57, sita à Rua Domingos Daré, nº 810, Martinópolis – SP, para participarem da PRIMEIRA Assembléia Geral Extraordinária objetivando a reforma estatutária a ser realizada em data de 11 de março de 2011 às 19h30m (dezenove horas e trinta minutos), e uma SEGUNDA AGE (Assembléia Geral Extraordinária) a ser realizada em data de 17 de junho de 2011 às 19h30m (dezenove horas e trinta minutos), para o mesmo fim, tudo conforme preceitua o artigo 13 do atual Estatuto vigente da Igreja. Martinópolis – SP, 25 de fevereiro de 2011. Pastor João Baptista Macedo – Presidente.

Scórpis da Amazônia Ltda. torna público que recebeu da Cetesb, a renovação da Licença de Operação nº 30006521 válida até 08/02/2015 para serviço de Estamparia de Ferro e Aço, sito à Rua Forte Cananéia, nº 312, Lote 7 Quadra F, Parque Industrial São Lourenço - São Paulo/SP.

King Light Indústria e Comércio de Iluminação Ltda torna público que requereu a Cetesb, a Licença Prévia, de Instalação e de Operação, para luminárias e equipamentos de iluminação exclusiva para veículos, fabricação de, sito à Rua Clara Parente, nº 127.VI. Primavera. São Paulo/SP.

Imprensa Oficial

Autoridade Certificadora
Oficial do Estado de São Paulo

CASA CIVIL

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

documento
assinado
digitalmente

C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por Imprensa Oficial SP, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(EM BRANCO), OU=(EM BRANCO).

OU=ID 72841, CN=IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br

A IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal

www.imprensaoficial.com.br



BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 00.066.670/0001-00
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Senhores Cotistas,			No exercício, a BEM DTVM registrou o prejuízo de R\$ 971 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 6,381 milhões e Ativos Totais de R\$ 13,133 milhões.		

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria					
BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil					
ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE.....	12.256	7.152	CIRCULANTE.....	1.667	664
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	24	37	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	1.667	664
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a).....	7.971	3.385	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a).....	1.040	254
Carteira Própria.....	7.971	3.385	Diversas (Nota 9b).....	627	410
OUTROS CRÉDITOS.....	4.261	3.730	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	5.085	36
Rendas a Receber.....	1.115	725	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	5.085	36
Diversos (Nota 6).....	3.146	3.005	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a).....	5.052	1
			Diversas (Nota 9b).....	33	35
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	471	494	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10).....	6.381	7.352
OUTROS CRÉDITOS.....	471	494	Capital:		
Diversos (Nota 6).....	471	494	- De Domiciliados no País.....	4.650	4.650
			Reservas de Lucros.....	1.731	2.702
PERMANENTE.....	406	406			
INVESTIMENTOS.....	406	406			
Outros Investimentos (Nota 7).....	406	406			
TOTAL.....	13.133	8.052	TOTAL.....	13.133	8.052

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	359	553	861
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b).....	359	553	861
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	359	553	861
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	1.399	3.890	2.549
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 11).....	6.078	11.457	7.813
Outras Despesas Administrativas (Nota 12).....	(199)	(379)	(386)
Despesas Tributárias (Nota 13).....	(674)	(1.050)	(591)
Outras Receitas Operacionais (Nota 14).....	540	654	2.084
Outras Despesas Operacionais (Nota 14).....	(4.346)	(6.792)	(6.371)
RESULTADO OPERACIONAL.....	1.758	4.443	3.410
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	1.758	4.443	3.410
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16).....	(4.387)	(5.414)	(4.769)
PREJUÍZO.....	(2.629)	(971)	(1.359)
Número de cotas (Nota 10a).....	4.650.000	4.650.000	4.650.000
Prejuízo por lote de mil cotas em R\$.....	(565,38)	(208,82)	(292,26)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.758	4.443	3.410
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	1	(3)	(388)
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	1	(3)	(388)
Lucro Líquido Ajustado.....	1.759	4.440	3.022
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(2.492)	(4.586)	4.034
(Aumento)/Redução em Relações Interdependências.....	-	-	(26)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	87	(653)	(2.064)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	987	1.427	(3.624)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(343)	(761)	(1.316)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais.....	(2)	(133)	26
Atividades de Investimentos:	14	120	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos.....	14	120	-
Atividades de Financiamentos:	-	-	(42)
Dividendos Pagos.....	-	-	(42)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos..	14	120	(42)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	12	(13)	(16)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do Período.....	12	37	53
Fim do Período.....	24	24	37
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	12	(13)	(16)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Realizado	Social Aumento de Capital	Reservas de Lucros Legal	Lucros Estatutárias	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 30.6.2010.....	4.650	-	424	3.921	-	8.995
Reversão da Distribuição de Dividendos do 1º Semestre de 2010.....	-	-	-	-	15	15
Reversão da Destinação do 1º Semestre de 2010.....	-	-	(83)	(1.560)	1.643	-
Prejuízo.....	-	-	-	-	(2.629)	(2.629)
Transferência para Reservas.....	-	-	-	(971)	971	-
Saldos em 31.12.2010.....	4.650	-	341	1.390	-	6.381
Saldos em 31.12.2008.....	3.500	1.150	341	3.720	-	8.711
Homologação de Aumento de Capital.....	1.150	(1.150)	-	-	-	-
Prejuízo.....	-	-	-	-	(1.359)	(1.359)
Transferência para Reservas.....	-	-	-	(1.359)	1.359	-
Saldos em 31.12.2009.....	4.650	-	341	2.361	-	7.352
Prejuízo.....	-	-	-	-	(971)	(971)
Transferência para Reservas.....	-	-	-	(971)	971	-
Saldos em 31.12.2010.....	4.650	-	341	1.390	-	6.381

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil							
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2010	%	2010	%	2009	%	
1 - RECEITAS.....	2.631	108,2	5.872	106,9	4.387	109,6	
1.1) Intermediação Financeira.....	359	14,8	553	10,1	861	21,5	
1.2) Prestação de Serviços.....	6.078	249,9	11.457	208,6	7.813	195,3	
1.3) Outras.....	(3.806)	(156,5)	(6.138)	(111,8)	(4.287)	(107,2)	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....	(199)	(8,2)	(379)	(6,9)	(386)	(9,6)	
Serviços de Terceiros.....	(25)	(1,0)	(25)	(0,5)	-	-	
Serviços do Sistema Financeiro.....	(66)	(2,7)	(103)	(1,9)	(99)	(2,5)	
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(55)	(2,3)	(138)	(2,5)	(196)	(4,9)	
Serviços Técnicos Especializados.....	(51)	(2,1)	(101)	(1,8)	(86)	(2,1)	
Outros.....	(2)	(0,1)	(12)	(0,2)	(5)	(0,1)	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2).....	2.432	100,0	5.493	100,0	4.001	100,0	
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	2.432	100,0	5.493	100,0	4.001	100,0	
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	2.432	100,0	5.493	100,0	4.001	100,0	
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	5.061	208,1	6.464	117,7	5.360	134,0	
Federal.....	4.939	203,1	6.235	113,5	5.203	130,1	
Municipal.....	122	5,0	229	4,2	157	3,9	
5.2) Remuneração de Capitais Próprios.....	(2.629)	(108,1)	(971)	(17,7)	(1.359)	(34,0)	
Prejuízos Absorvidos.....	(2.629)	(108,1)	(971)	(17,7)	(1.359)	(34,0)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM) é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas Demonstrações Contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2011.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos – Diversos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

f) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda e da redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisitos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - impairment, que é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e na Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 8a).

Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 8b e c).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro-rata" dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional	24	37
Total de disponibilidades (caixa)	24	37

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2010			2009					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação:									
Letras financeiras do tesouro.....	-	1.304	209	3.672	5.185	5.185	-	2.251	-
Certificados de depósito bancário.....	176	-	-	-	176	176	-	118	-
Letras do tesouro nacional	1.739	-	72	-	1.811	1.811	-	43	-
Debêntures.....	-	-	87	39	126	126	-	161	-
Notas do tesouro nacional	126	-	-	-	126	126	-	812	-
Outros.....	-	-	-	547	547	547	-	-	-
Total em 2010.....	2.041	1.304	368	4.258	7.971	7.971	-		
Total em 2009.....	860	-	224	2.301				3.385	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administrados pelo Conglomerado Bradesco, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Fundos de investimentos		861
Total	553	861

c) A BEM DTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

6) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos e contribuições a compensar	3.126	2.985
Devedores por depósitos em garantia – trabalhistas	37	40
Crédito tributário (Nota 16c e d)	57	82
Devedores diversos - País	5	1
Devedores por depósitos em garantia – fiscais	1	1
Títulos e créditos a receber	391	390
Total	3.617	3.499

7) INVESTIMENTOS

O valor contábil registrado em "Outros Investimentos", no montante de R\$ 406 mil (2009 – R\$ 406 mil) refere-se a ações da CETIP

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Trabalhistas	
No início do exercício		35
Reversões e Atualização Monetária		(2)
No final do exercício		33

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

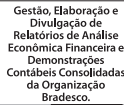
a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	947	194
Impostos e contribuições a recolher	5.143	60
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16c)	2	1
Total	6.092	255

Continuação

**Bradesco**
BEM DTVM**BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****b) Diversas**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 7b).....	33	35
Provisão para pagamentos a efetuar	627	410
Total.....	660	445

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social, no montante de R\$ 4.650 mil (2009 – R\$ 4.650 mil), totalmente subscrito e integralizado é composto por 4.650.000 cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Reservas de Lucros	1.731	2.702
Reserva Legal (1)	341	341
Reserva Estatutária (2) (3)	1.390	2.361
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;		
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado; e		
(3) Foi homologado pelo BACEN em 20 de maio de 2010 a Ata da reunião de Sócios - Cotistas de 13 de abril de 2010 deliberando a absorção do prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 1.359 mil, com a utilização do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária".		

c) Dividendos

Aos cotistas está assegurado dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Não houve provisão de dividendos em 2010 e 2009.

11) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 11.457 mil (2009 – R\$ 7.813 mil) corresponde à receita auferida na administração de fundos de investimento (Nota 17a).

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Serviços do sistema financeiro	103	99
Propaganda e publicidade	138	196
Serviços técnicos especializados	101	86
Serviços de terceiros	25	-
Outras	12	5
Total.....	379	386

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Contribuição ao COFINS	703	358
Imposto sobre serviços - ISS	229	157
Contribuição ao PIS	100	58
Impostos e taxas	18	18
Total.....	1.050	591

14) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Recuperação de encargos e despesas	-	2
Reversão/constituição de provisão operacional	4	(183)
Despesas com juros e multa	(171)	(1.388)
Variações monetárias.....	(1.325)	(1.017)
Resultado na prestação de serviços de distribuição de cotas, líquida das comissões pagas.....	(5.294)	(3.166)
Outras	648	1.465
Total.....	(6.138)	(4.287)

15) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESA LIGADA

a) As transações com empresa ligada, refere-se à disponibilidade com o Banco Bradesco R\$ 24 mil (2009 – R\$ 37 mil).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestres findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.443	3.410
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(1.777)	(1.364)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	174	22
Outros valores	(3.811)	(3.427)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.414)	(4.769)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do segmento financeiro, foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3e).

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(5.389)	(4.657)
Impostos diferidos		
Contribuição social no exercício, sobre adições temporárias	(25)	(112)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.414)	(4.769)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil	
	Saldo em 31.12.2009	Saldo em 31.12.2010
Provisão para contingências trabalhistas	15	14
Outras provisões	67	43
Total dos créditos tributários (Nota 6)	82	57
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	1	2
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	81	55

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil	
	Diferenças temporárias	
	Imposto de renda	Contribuição social
2011	8	5
2012	8	5
2013	8	5
2014	6	3
2015	6	3
Total (Nota 6)	36	21

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 52 mil (2009 – R\$ 73 mil).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Ltda. administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro, somaram R\$ 91.379.709 mil (2009 - R\$ 73.062.884 mil), e a respectiva receita de taxa de administração desses fundos no exercício foi de R\$ 11.457 mil (2009 - R\$ 7.813 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos

Contador

CRC 1SP171564/O-1

O plástico verde inviabiliza a agricultura camponesa e gera a expulsão de milhares de famílias da terra.

Nota do MST na Braskem

MST: a vez das mulheres

Na onda de protestos "Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas", fatos inéditos: elas invadiram fazenda, sede do Incra e bloquearam estrada

Joá Souza/AE



Protesto feminino causa engarrafamento perto de Eunápolis (BA). Ao todo, 1,5 mil mulheres, de 26 assentamentos, participam dessas ações.

tro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence.

Lá perto, outro protesto feminino do MST causou engarrafamento de 5 km na BR-101. O trecho próximo ao município de Eunápolis foi fechado

por uma mais de uma hora. As mulheres reivindicam agilidade no processo de assentamento para as mais de 4.500 famílias acampadas e políticas públicas para o campo.

Ecologia versus Braskem –

Divididas em dois grupos, ontem, centenas de mulheres promoveram diferentes protestos contra as monoculturas, o uso de agrotóxicos, de transgênicos e os incentivos do governo federal ao agronegócio

em Triunfo, na capital Porto Alegre e em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Cerca de 400 delas ocuparam o pátio de estacionamento da Braskem, no Pólo Petroquímico de Triunfo, para protes-

tar contra a fabricação do "plástico verde", derivado da cana-de-açúcar.

Segundo elas, "o produto é tão nocivo quanto seu similar de petróleo por disseminar mais uma monocultura no Estado, intensificar a transgenia, o uso de agrotóxicos e a concentração da terra. Isso inviabiliza ainda mais a agricultura camponesa e gera a expulsão de milhares de famílias da terra", afirma nota distribuída pelas manifestantes à imprensa.

Em comunicado, a Braskem explica que não faz parte de seu negócio a produção de cana-de-açúcar e de etanol, que compra de fornecedores do Sudeste do País para produzir o chamado plástico verde.

Enquanto isso, em Passo Fundo, cerca de 400 mulheres protestaram contra o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras de feijão e de trigo, fazendo uma passeata pelas ruas da cidade.

Recife & violência – Já em Recife, 70 mulheres ligadas ao MST e à Via Campesina invadiram e depredaram a superintendência do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Com pedaços de pau e foices, quebraram vidros e fechaduras de seis salas, inclusive a do superintendente Abelardo Siqueira. Ninguém se feriu. (Agências)